



FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

O PAPEL DO GESTOR NO CONTEXTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

EUSNETE RODRIGUES DA CRUZ E QUEIRÓZ

BELO HORIZONTE

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

O PAPEL DO GESTOR NO CONTEXTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da professora Marielle Morais Oliveira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE

2013

FOLHA DE APROVAÇÃO

Eusnete Rodrigues da Cruz e Queiróz

O PAPEL DO GESTOR NO CONTEXTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em de julho de dois mil e treze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. Nome completo do Professor – Avaliador

Prof. Nome completo do professor – Orientador

Eusnete Rodrigues da Cruz e Queiróz - Cursista

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu pai Bernardino, minha mãe Diomar, aos meus irmãos: meus sobrinhos, cunhados e aos meus filhos que são bênçãos na vida: Whingrid e Marcos. A todos que de um modo ou de outro se envolveram nesse processo de muita aprendizagem, em especial a professora Marielle que sempre se colocou disposta a contribuir para essa realização.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por esta etapa vencida.

Aos nossos familiares que caminharam juntos conosco, que compartilharam os momentos difíceis e de conquistas. Em especial meus filhos: Marcos e Whingrid.

Aos orientadores, mestres do saber, que souberam com êxito nos conduzir nessa jornada.

Aos colegas que percorreram juntos na mesma estrada.

“Não se pode educar eficientemente se os pais e professores se desconhecem, se a educação escolar estiver isolada da educação familiar”.

(Suenens)

RESUMO

A sociedade cada vez mais reivindica uma escola diferente, que atenda as necessidades de atualizações momentâneas, uma escola democrática que cumpra sua função social, que tenha uma gestão preocupada com a participação de todos os membros da comunidade escolar. Com isso elaborei um estudo com o tema: O Papel do Gestor no Contexto da Gestão Democrática. Ela está associada a participação social, na formulação de planejamento educacional, na tomada de decisões, na definição do uso de recursos e necessidades de investimento e nos momentos de avaliação da escola. Este tema foi escolhido após analisar o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Dominginhos Pereira onde foi constatada esta gestão democrática. A proposta da gestão democrática e participativa tem como objetivo procurar soluções em possíveis conflitos e transformações no sistema atual de ensino destacam-se mudanças que direcionam na necessidade de realizar um trabalho mais amplo e não apenas resumido dentro da escola. A metodologia será por meio da pesquisa bibliográfica e observações feitas na Escola Municipal Dominginhos Pereira.

Palavras-chave: Escola, Gestor, Gestão Democrática, Participação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1. O PAPEL DO GESTOR NO CONTEXTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA...	10
1.1 Abordagem Sobre Gestão Democrática.....	10
1.2 Conselho Escolar e a Gestão Democrática.....	12
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	15
REFERÊNCIAS.....	16
ANEXO: Projeto Político Pedagógico	18

INTRODUÇÃO

A sociedade cada vez mais reivindica uma escola diferente, que atenda as necessidades de atualizações momentâneas, uma escola democrática que cumpra sua função social, que tenha uma gestão preocupada com a participação de todos os membros da comunidade escolar. Com isso elaborei um estudo com o tema: O Papel do Gestor no Contexto da Gestão Democrática.

Para Gadotti e Romão (2004, p.66), “não há educação e aprendizagem sem sujeito da educação e da aprendizagem. A participação pertence à própria natureza do ato pedagógico.”

Não tem como participar de uma escola sem abertura para o diálogo sendo a escola responsável pela transmissão de conhecimento, isso exige que a escola tenha sua forma diferenciada de trabalhar de acordo com os anseios da comunidade, renovando sua postura e procurando sempre preparar alunos criativos e pensantes.

Esse estudo: O Papel do Gestor no Contexto da Gestão Democrática foi realizado no processo investigativo e crítico na Escola Municipal Dominginhos Pereira que está localizada no Município de Montes Claros MG, Avenida Queluz s/nº, bairro Maracanã, telefone (38) 32293394 e atende 1220 alunos de 22 bairros. A escola oferece o Ensino Fundamental, do 1º ao 9º anos, a Educação de Jovens e Adultos EJA (1º ao 8º períodos).

A escola funciona nos turnos matutino, vespertino e noturno. Os níveis e modalidades de ensino são o Ensino Fundamental: 1º ao 9º ano de escolaridade e a Educação de Jovens e Adultos: 1º ao 8º períodos.

Nas visitas a Escola Dominginhos Pereira, em conversa com funcionários, alunos e pais de alunos, foi possível perceber a existência de uma gestão democrática. O gestor oferece para a comunidade escolar uma harmonia onde ela se torna parceira da escola, tanto aberta em diálogo, como também em tomadas de decisões. Os resultados positivos são vistos e a comunidade se mostra extremamente satisfeita com esse novo jeito de gestão.

O Gestor, através de sua liderança, é a pessoa que tem grande influência na organização de uma instituição. Tudo aquilo que o administrador faz ou deixa de

fazer afeta, de alguma forma, o clima organizacional. É preciso estar aberto a inovações, oferecendo aos que estão sob sua liderança, um clima fraterno, humano e sujeito a acompanhar desafios oferecendo oportunidades de participação de toda comunidade escolar.

A gestão democrática está associada a participação social, na formulação de planejamento educacional, na tomada de decisões, na definição do uso de recursos e necessidades de investimento e nos momentos de avaliação da escola.

A proposta da gestão democrática e participativa tem como objetivo procurar soluções em possíveis conflitos e transformações no sistema atual de ensino destacam-se mudanças que direcionam na necessidade de realizar um trabalho mais amplo e não apenas resumido dentro da escola.

Considera-se que esse processo é de grande importância para o começo de uma grande mudança, é imprescindível que aconteça por partes, proporcionando um ambiente de trabalho que seja bom para essas mudanças, capacitando pessoas e que as mesmas estejam motivadas e envolvidas nesse processo educacional.

Este tema foi escolhido após analisar o Projeto Político Pedagógico da referida instituição onde foi constatada esta gestão democrática.

A metodologia será por meio da pesquisa bibliográfica e observações feitas na Escola Municipal Dominginhos Pereira.

O gestor harmoniza nos ambientes escolares ações que buscam a participação de todos, de forma comum, como também garante o desenvolvimento contínuo de seus profissionais, contribuindo para a qualidade da prática pedagógica. Esse gestor é quem irá alcançar o sucesso do aluno e a satisfação dos funcionários bem como a garantia de um trabalho partilhado e dividido com toda comunidade escolar.

1. O PAPEL DO GESTOR NO CONTEXTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

1.1 ABORDAGEM SOBRE GESTÃO DEMOCRÁTICA

O aluno aprende apenas quando ele se torna sujeito da sua aprendizagem. Para isso, precisa participar das decisões que dizem respeito ao projeto da escola que faz parte também do projeto de sua vida. Passamos muito tempo na escola para sermos meros clientes dela. (Gadotti, 2010, p.3)

O aluno por ser o principal foco para estímulo na própria aprendizagem está sempre apresentando uma motivação diferente. É necessário que a escola compreenda seus estímulos e motive o aprendiz. Ele precisa gostar da escola e sentir prazer em frequentá-la. Por isso é importante a sua participação nas decisões sobre o que ele quer aprender. O professor deve fundamentar seu trabalho de acordo com a necessidade dos seus alunos, aproveitando a bagagem que o aluno traz consigo, num processo mútuo de ensinar e aprender.

De acordo com a principal finalidade da escola, que é assegurar um ensino de qualidade, garantindo o acesso e a permanência dos alunos na escola, formando cidadãos críticos capazes de agir na transformação da sociedade, procura-se na escola ampliar a sua estrutura e funcionamento sem cercear seus colaboradores, sua autonomia, envolvendo toda comunidade escolar no sentido de envolver cada vez mais com os problemas e buscando as melhores soluções nos problemas da escola.

Toda escola tem objetivos que deseja alcançar, metas a cumprir e sonhos a realizar, mas é preciso encontrar portas abertas para o diálogo, uma gestão que saiba ouvir e que esteja disposta a participar de mudanças, que entenda que algumas alterações precisam acontecer para melhor andamento da escola.

A gestão democrática possibilita o pleno exercício de cidadania, é necessária para o progresso da sociedade que deseja ser mais justa e igualitária, garantindo a liberdade de expressão, de pensamento, de criação e de organização coletiva na escola.

Faz-se necessário um Projeto Político Pedagógico que resgate a transparência na gestão dos recursos públicos, o que requer responsabilidades uma vez que esta gestão é regulamentada pelas leis federais de Direito Financeiro (4.320/64) e de licitações (8.666/93) e pela lei complementar de Responsabilidade Fiscal (101/2000). Por isso é muito importante que tudo seja dividido com a comunidade escolar, funcionários, representantes da Secretaria Municipal de Educação, representantes de pais de alunos, e alunos.

A gestão financeira deve ser compartilhada com todos os segmentos representativos da escola, com participação ativa do conselho escolar, conselho deliberativo e conselho fiscal. O recurso financeiro direto na escola simboliza avanços na qualidade do ensino e na estruturação da escola. Antes da distribuição dos recursos é imprescindível definir prioridades na aquisição de materiais de consumo e de bens de capital, formação continuada dos profissionais da educação.

A Unidade Executora (Caixa Escolar), composta por todos os segmentos da comunidade escolar elabora o plano de aplicação financeira que é deliberado pelo conselho deliberativo, acompanhado e aprovado pelo conselho Fiscal e pelo Conselho Escolar.

A clientela observada na instituição Dominginhos Pereira está inserida em comunidades constituídas por famílias da periferia, trabalhadores braçais, funcionários de pequenas indústrias e muitos pais desempregados, sobrevivendo de ações afirmativas de poder público.

A maioria das famílias se encontra desestruturadas pelas constantes separações de pais, mães ausentes, porque trabalham para manter os filhos. São, portanto alunos provenientes de classe socioeconômica baixa sendo de suma importância evidenciar o aspecto humano neste documento, onde os direitos e deveres, dos alunos, professores, pais e demais colaboradores sejam cotidianamente discutidos, analisados, avaliados e colocados em prática.

A escola é considerada um espaço de socialização do saber, melhor, espaço de formação integral do educando, ela prevê que a aprendizagem de conteúdos devem necessariamente favorecer a inserção do aluno no dia-a-dia das questões sociais relevantes na sociedade da qual esse aluno faça parte. A Educação deve ser

compreendida como absolutamente necessária no projeto de construção de sua nova ordem social capaz de promover a elevação da condição humana.

"Para criar um clima organizacional que estimule as pessoas a trabalhar juntas, cabe aos administradores das escolas enfatizarem o valor do trabalho em equipe. Devem também incentivar a cooperação, colaboração de ideias, partilha e companheirismo" (SILVA, 2001, p.52).

A escola é uma organização que combina esforços individuais de pais, alunos, professores, funcionários. As pessoas descobrem que, se unirem suas forças, conseguirão atingir melhor os objetivos para alcançarem uma aprendizagem significativa.

È muito importante dividir tarefas e atribuições dentro do ambiente escolar. Assim, não sobrecarrega apenas uma pessoa e os funcionários ficam interagidos com os problemas da escola buscando formas de ajudar e favorecendo maior aproximação de uma gestão democrática.

Uma das formas de acontecer a Gestão Democrática é através dos conselhos escolares, os quais atuam de maneira clara, participativa e eficiente.

A construção do relacionamento entre escola e conselho escolar, demanda, além de tempo, de cuidado para sua construção de forma que contemple o trabalho participativo de todos os segmentos presentes na comunidade escolar.

A gestão escolar democrática é hoje sem dúvida uma importante cooperação onde se pode ver e reconhecer ações dentro do cotidiano escolar visando a democratização da escola, que muito ajuda na compreensão de processos e na articulação das relações sociais, da qual fazem parte os desafios vivenciados para que numa ajuda mútua e constante esses desafios possam ser vencidos.

1.2 - Conselho Escolar e a Gestão Democrática

A participação dos pais na vida escolar dos filhos dentro da escola, como nos momentos fora da escola é muito importante para o crescimento da aprendizagem

dos alunos e fundamental para garantir a qualidade da educação. Os pais conhecem os filhos desde o nascimento. Isso facilita na ajuda para identificação de possíveis problemas que levam a prejuízos para a aprendizagem do aluno.

Para o Ministério da Educação o Conselho Escolar é definido como:

O espaço que todos os seguimentos da comunidade escolar e da comunidade local têm para discutir e encaminhar ações que assegurem as condições necessárias à aprendizagem na escola, para que as crianças, adolescentes e jovens possam ser cidadãos que participam plenamente da vida social. (BRASI, 2004, p.13)

“É preciso e até urgente que a escola vá se tornando em espaço escolar acolhedor e multiplicador de certos gostos democráticos como o de ouvir os outros, não por puro favor, mas por dever, o de respeitá-los, o da tolerância, o do acatamento às decisões tomadas pela maioria a que não falte, contudo o direito de quem diverge de exprimir sua contrariedade.” (FREIRE. 1995 p. 91)

Fazer parte do Conselho Escolar é uma boa forma de acompanhar todo trabalho feito pelos gestores, docentes e funcionários da escola. É a melhor maneira de se envolver nas decisões a serem tomadas, tendo a responsabilidade de zelar pela manutenção da gestão administrativa, pedagógica e financeira da escola.

A criação do Conselho Escolar na Dominginhos Pereira facilita o entrosamento entre família e escola e deixa muito claro a seriedade de uma gestão democrática.

Participam do Conselho Escolar, alunos maiores de 14 anos, representantes de pais de alunos, professores, funcionários da escola e o diretor da Unidade Escolar. Todas as decisões a serem tomadas, estão de acordo com o Projeto Político Pedagógico.

A escolha dos membros é feita de forma transparente e democrática. Nessa escola a diretora atua como coordenadora na execução das decisões que foram tomadas pelo conselho e é também mediadora das ações de todos os segmentos. Lembrando que no Sistema Municipal de Educação na cidade de Montes Claros o gestor é indicado por representantes políticos do município.

A função do gestor é gerir a escola coletivamente. Na LDB nº 9394/96, no artigo 14 trata dos princípios da Gestão Democrática que assim dispõe:

Art.14. Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I-participação dos profissionais da educação na educação e na elaboração do projeto político pedagógico da escola;

II participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Para o Ministério da Educação,

O Conselho Escolar tem papel decisivo na democratização da Educação e da escola. Ele é um importante espaço no processo de democratização, na medida em que reúne diretores, professores, funcionários, estudantes, pais e outros representantes da comunidade para discutir, e acompanhar o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico da escola, que deve ser visto, debatido e analisado dentro do contexto nacional e internacional em que vivemos. (MEC, 2004,p.36)

A Escola é uma instituição que deve procurar a socialização do saber, e direcionar essas necessidades em função de princípios educativos capazes de responder as demandas sociais Isso viria a quebrar as barreiras do autoritarismo, que apesar de todo esforço ainda permanece no interior da escola, oferecendo assim igual participação a todas as classes sociais, especialmente as menos favorecidas, diante das oportunidades de acesso ao ensino.

A elaboração e cumprimento do Projeto Político Pedagógico precisa ser acompanhado por todos os envolvidos no seu processo, tanto na teoria como na prática, pois é um importante documento que deve oferecer para a escola suporte para as decisões a serem tomadas.

Nota-se na instituição Dominginhos Pereira muito avanço na aprendizagem dos alunos, uma vez que o Conselho Escolar é participativo e atuante, sempre interagindo de maneira responsável com a gestão da escola, vencendo desafios e conquistando uma educação de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A qualidade do ensino exige uma gestão democrática. Constituindo estruturas de participação coletiva de todos os segmentos da comunidade escolar nas decisões administrativas e pedagógicas da escola, torna-se necessário ultrapassar o autoritarismo do poder, o individualismo e as desigualdades, e promover uma educação de qualidade.

A gestão democrática tem um caráter pedagógico: ela transforma a escola em um laboratório de harmonia e diálogo. É o momento em que os professores refletem sobre sua prática e experimentam novas possibilidades. Em um clima descontraído, não ameaçador, de cooperação, vão sentir-se à vontade até para falar sobre seus próprios erros, discuti-los e aprender com eles.

O fortalecimento da escola e a conquista de sua autonomia são condições imprescindíveis para gerar a qualidade da educação e favorece a construção de uma nova cidadania.

A gestão democrática promove na comunidade escolar, a partilha das responsabilidades que tem por objetivo intensificar a legalidade do sistema escolar, pelo cumprimento mais efetivo dos objetivos educacionais. Portanto, todos os sujeitos envolvidos devem contribuir de forma efetiva se responsabilizando por colocar em prática as decisões tomadas em conjunto de modo a obter os melhores resultados na busca de uma educação de qualidade.

O Conselho escolar é o principal meio para que aconteça a gestão democrática dentro da escola. Ele é responsável por grande parte da elaboração do Projeto Político Pedagógico que se torna um instrumento vivo e eficaz para tomada de decisões, pois possui caráter deliberativo e seu papel é elaborar, normatizar, aconselhar, fiscalizar as ações da escola nos âmbitos pedagógicos, administrativo e financeiro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania. Brasília/DF. v. 1, 2004.

BRIGHENTI, Agenor. **Metodologia para um Processo de Planejamento Participativo**. São Paulo: Paulinas, 1988.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não**: cartas a quem ousa ensinar. Olho D'água. 6. ed.,1995,p.13.

GADOTTI, Moacir. **O Projeto Político Pedagógico da Escola na Perspectiva de uma Educação para a Cidadania**. Disponível em: xa.yimg.com/kq/groups/19340280/1329789123/name/A. Acesso em: 10/set/2013.

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José Eustáquio. **Introdução - Escola e democracia: um tema revisitado**. In. Autonomia da Escola: princípios e propostas. Moacir Gadotti e José E. Romão (orgs). 6ª Ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2004,p.66.

LEI DE DIRETRIZES E BASES, Nº 9.394, 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática**. 5ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LÜCK, Heloísa. **Metodologia de Projetos: uma ferramenta de planejamento e gestão** Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

PINTO, João Bosco G. Planejamento Participativo na Escola Cidadã. In: SILVA, Luiz H. e AZEVEDO, José C. *Paixão de Aprender II* . Petrópolis: Vozes, 1995.

SILVA, Jerônimo Jorge Cavalcante. **Gestão Escolar Participada e Clima Organizacional**. Gestão em Ação, Salvador, v.4, n.2, p.49-59, jul./dez.2001.

VASCONCELLOS, Celso S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**, 6 a ed. São Paulo: Libertad, 2006.

ANEXO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS-UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO (LATU SENSU) EM GESTÃO ESCOLAR
PROJETO VIVENCIAL**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
DOMINGUINHOS PEREIRA**

**EUSNETE RODRIGUES DA CRUZ
HELOISA MAIA PRATES
LIDIA SOARES SILVA
SOLANGE AFONSO MOTA
VALÉRIA FIUZA NERY NEVES**

BELO HORIZONTE

2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS-UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO (LATU SENSU) EM GESTÃO ESCOLAR
PROJETO VIVENCIAL

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
DOMINGUINHOS PEREIRA

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Assistente Marielle Morais de Oliveira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE

2013

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
1. FINALIDADES DA ESCOLA.....	4
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	5
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa.....	5
2.1.1 Aspectos Financeiros.....	6
2.1.2 Aspectos Humanos.....	7
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica.....	9
3. CURRÍCULO.....	12
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	13
5. PROCESSOS DE DECISÃO.....	14
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	14
7. AVALIAÇÃO.....	15
CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
REFERÊNCIAS.....	21

INTRODUÇÃO

A Escola Municipal Dominginhos Pereira está localizada no município Montes Claros MG, Avenida Queluz s/nº, bairro Maracanã, telefone (38) 32293394 e atende 1220 alunos de 22 bairros. A escola oferece o Ensino Fundamental, do 1º ao 9º anos, a Educação de Jovens e Adultos EJA (1º ao 8º períodos).

A escola funciona nos turnos matutino, vespertino e noturno, é mantida pela Secretaria Municipal de Educação e é administrada através da legislação Federal, Estadual e Municipal em vigor. Foi regulamentada pelo art. 7º da resolução 435/99 de 14 de julho de 1999. Possui os seguintes atos autorizativos: Portaria - 004/Doc/82, publicada no Minas Gerais de 08/05/82 que autoriza o funcionamento do Ensino Fundamental (1ª à 4ª série), portaria – 1085/96 - publicada no Minas Gerais de 21/11/96 autoriza mudança de endereço, da fazenda Santa Maria para o endereço atual.

▲ Identificação da Escola

ESCOLA MUNICIPAL DOMINGINHOS PEREIRA

Avenida Que luz, s/ nº - Maracanã. Periferia Urbana de Montes Claros - MG
Telefone: (38) 3229-3394

E-MAIL DA ESCOLA: sme.emdp@gmail.com

ATOS AUTORIZATIVOS:

PORTARIA - 004/DOC/82, de 08/05/82 - autoriza o funcionamento do Ensino Fundamental (1ª à 4ª série).

PORTARIA - 1085/96, MG - 21/11/96 - autoriza mudança de endereço, da fazenda Santa Maria

PORTARIA - 651/98, MG – 30/05/98 - autoriza a extensão de série.

CNPJ/CAIXA ESCOLAR: 01.903.216/0001-20

22ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO PÓLO: NORTE

NÍVEIS E MODALIDADES DE ENSINOS MINISTRADOS:

- ✦ ENSINO FUNDAMENTAL: 1° ao 9° ano de escolaridade
- ✦ EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: 1° ao 8° períodos.
- ✦ NÚMERO DE ALUNOS ATENDIDOS NO ENSINO FUNDAMENTAL: 1096
- ✦ NÚMERO DE ALUNOS ATENDIDOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: 119

O processo de elaboração do PPP da Escola Municipal Dominginhos Pereira foi fruto de um esforço coletivo onde a comunidade escolar sob coordenação dos gestores mapeou os aspectos históricos, políticos, econômicos e sociais da região onde a escola está inserida, foi levada em conta a realidade dos alunos e famílias e analisado os acertos e desacertos. Não foi fácil envolver toda a comunidade escolar em discussões e decisões sobre a linha condutora dos trabalhos, grande parte do trabalho foi conduzido por representações desta comunidade.

Para Vasconcellos (2009), o PPP é um instrumento teórico-metodológico que dá um significado comum à ação dos atores escolares, resultando em uma proposta conjunta com foco em prática docente e gestoras voltadas efetivamente à aprendizagem dos alunos. Delineando uma linha de trabalho, o PPP ajuda a enfrentar os desafios do cotidiano de modo sistemático, reflexivo e participativo.

O PPP como instrumento de gestão democrática só terá sentido se possibilitar a renovação de conceitos e práticas pedagógicas, de modo a favorecer o trabalho docente na busca de uma melhor aprendizagem dos alunos. Como afirma Libâneo (2008, p.78), “escola democrática é a que propicia as condições de desenvolvimento cognitivo, afetivo e moral dos alunos”.

1. FINALIDADES DA ESCOLA

Assegurar um ensino de qualidade, garantindo o acesso e a permanência dos alunos na escola, formando cidadãos críticos capazes de agir na transformação da sociedade. Neste sentido a Escola Municipal Dominginhos Pereira tem buscado ampliar a sua estrutura e funcionamento sem cercear seus colaboradores, sua autonomia. De acordo com Dourado (2000, p.7)

... as condições e os insumos para oferta de um ensino de qualidade são fundamentais para a construção de uma *boa escola* ou uma *escola eficaz*, sobretudo se estiverem articuladas às dimensões organizativas e de gestão que valorizem os sujeitos envolvidos no processo, os aspectos pedagógicos presentes no ato educativo e, ainda, contemplem as expectativas dos envolvidos com relação à aquisição dos saberes escolares significativos e às diferentes possibilidades de trajetórias profissionais futuras.

Seremos uma escola de referência pela qualidade do ensino que ministramos pela maneira como atendemos a todos e pela competência profissional de nossa equipe.

- Excelência: Visamos a qualidade em tudo que realizamos em nossa escola;
- Ética: Trabalhamos com elevado senso de compromisso, seriedade e respeito em nossas ações;
- Valorização: Incentivamos, valorizamos e reconhecemos as contribuições individuais e coletivas de nossos alunos e colaboradores;
- Respeito: Respeitamos a diversidade, dignidade e direitos de cada pessoa;
- Participação: Trabalhamos com a coletividade, com senso de comprometimento e solidariedade.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.1 Estrutura Organizacional Administrativa

Toda escola tem objetivos que deseja alcançar, metas a cumprir e sonhos a realizar. O conjunto dessas aspirações, bem como os meios para concretizá-las é o que dá forma e vida ao chamado Projeto Político Pedagógico. "O PPP se torna um documento vivo e eficiente na medida em que serve de parâmetro para discutir referências, experiências e ações de curto, médio e longo prazo", diz Paulo Roberto Padilha, diretor do Instituto Paulo Freire, em São Paulo.

Administrar vai além da simples metodologia de cumprir normas e regras é necessário fazer valer a legislação de forma democrática e responsável envolvendo todos os segmentos da escola.

▲ Levantamento de Turmas/Alunos

ENSINO FUNDAMENTAL

ANOS INICIAIS

ANO	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO
TURMAS	04	04	03	04	04
ALUNOS	110	111	98	127	120

ENSINO FUNDAMENTAL

ANOS FINAIS

ANO	6º ANO	7º ANO	8º ANO	9º ANO
TURMAS	05	05	06	03
ALUNOS	129	146	161	94

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA

PRIMEIRO SEGMENTO

PERÍODOS	1º PERÍODO	2º PERÍODO	3º PERÍODO	4º PERÍODO
TURMAS	01	01	01	01
ALUNOS	09	02	05	05

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS -EJA

SEGUNDO SEGMENTO

PERÍODOS	5º PERÍODO	6º PERÍODO	7º PERÍODO	8º PERÍODO
TURMAS	00	01	01	01
ALUNOS	00	29	40	33

2.1.1 Aspectos Financeiros

O Projeto Político Pedagógico reflete o processo de planejamento global da escola, os aspectos Políticos, Pedagógicos, Humanos, Administrativos e Financeiros são indissociáveis, faz-se necessário um Projeto Político – Pedagógico que resgate a transparência na gestão dos recursos públicos, o que requer responsabilidades uma vez que esta gestão é regulamentada pelas leis federais de Direito Financeiro (4.320/64) e de licitações (8.666/93) e pela lei complementar de Responsabilidade Fiscal (101/2000).

O artigo 212 da Constituição diz que a União deve aplicar no mínimo 18%(e os estados e municípios, 25%) de suas receitas em Educação. A verba que vem do governo federal é distribuída pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) por canais como o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) - depositado na conta bancária da entidade executora da escola Caixa Escolar ganhando rapidez para suprir necessidades básicas de manutenção, aquisição de material didático e formação.

A gestão financeira deve ser compartilhada com todos os segmentos representativos da escola, com participação ativa do conselho escolar, conselho deliberativo e conselho fiscal. O recurso financeiro direto na escola simboliza avanços na qualidade do ensino e na estruturação da escola. Antes da distribuição dos recursos é imprescindível definir prioridades na aquisição de materiais de consumo e de bens de capital, formação continuada dos profissionais da educação.

A Unidade Executora (Caixa Escolar) da Escola Municipal

Dominguinhos Pereira, composto por todos os segmentos da comunidade escolar elabora o plano de aplicação financeira que é deliberado pelo conselho deliberativo, acompanhado e aprovado pelo conselho Fiscal e pelo Conselho Escolar.

A verba é destinada de acordo com o número de matrículas efetivada pela escola com base em dados do censo do ano anterior.

RECEITA	DESPESAS
PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) R\$14.744,40	Material de consumo, manutenção, e bens permanentes. Distribuídos de acordo com o plano de aplicação.

2.1.2 Aspectos Humanos

A Escola Municipal Dominguinhos Pereira, em conformidade com a LDBEN 9394/96 detém os seguintes princípios:

- ⤴ Igualdade de acesso e permanência dos alunos na Escola;
- ⤴ Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e propagar a cultura, a arte e o saber;
- ⤴ Respeito as diversidades e pluralismo de ideias.
- ⤴ Apreço a tolerância e a liberdade;
- ⤴ Excelência em educação;
- ⤴ Garantia da gratuidade do ensino;
- ⤴ Universalização dos saberes;
- ⤴ Valorização do senso comum;
- ⤴ Valorização das pra educacionais;

Atendendo uma clientela inserida em comunidades constituídas por famílias da periferia, trabalhadores braçais, funcionários de pequenas indústrias e muitos pais desempregados, sobrevivendo de ações afirmativas de poder público. Boas partes das famílias se encontram desestruturadas pelas constantes separações de pais, mães ausentes, porque trabalham para manter os filhos. São, portanto alunos provenientes de classe socioeconômica baixa

sendo de suma importância evidenciar o aspecto humano neste documento, onde os direitos e deveres, dos alunos, professores, pais e demais colaboradores sejam cotidianamente discutidos, analisados, avaliados e colocados em prática.

Setores	Número de Funcionários	Habilitação				Obs.
		Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Pós-Graduação	
Professores PBI	32	-	01	31	-	-
Professores PBII	37	-	-	37	-	-
Pedagogos	05	-	-	05	04	-
Auxiliares de Serviços Gerais	24	-	-	01	-	-
Auxiliares de secretaria	07	-	-	07	-	-
Auxiliares de docência	07	-	-	-	-	-
Secretário Escolar	01	-	-	-	-	-

Setores	Número de Funcionários	Habilitação				Obs.
		Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Pós-Graduação	
Inspetores de alunos	04	-	01	03	00	-
Diretor	01	-	-	-	01	-

Vice-diretor	00	-	-	-	-	-
Vigias	06	-	06	-	-	-

2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica

A proposta pedagógica da escola reflete sua identidade, missão e visão de futuro tirando o máximo, partindo da diversidade do sistema escolar, pois é a diversidade que permite a contextualização de práticas educativas ação imprescindível para que cada um dos envolvidos encontre um sentido positivo para o exercício do trabalho intelectual de aprender.

Na proposta pedagógica se concretizam ações que visam à melhoria da qualidade do ensino e as necessidades básicas da aprendizagem em seus diversos níveis e modalidades definindo os conteúdos curriculares, estabelecendo novas disciplinas, introduzindo novas metodologias, programas especiais, medidas de combate a evasão e retenção escolar, adotar critérios de organização dos tempos escolares (Calendário, grade de horários). Acompanhar a qualidade do trabalho dos docentes é algumas das ações que norteiam o trabalho pedagógico da escola, garantindo a aprendizagem dos alunos.

... a qualidade do ensino mesmo atendida a universalização da população em idade escolar, será sempre uma meta, seja pelo caráter cumulativo conhecimento, seja pelas circunstâncias históricas que condicionam e para as quais ele deve buscar caminhos cada vez mais abertos. Contudo, em qualquer circunstância, a qualidade supõe profissionais do ensino com sólida formação básica, aí compreendidas o domínio dos métodos e técnicas de ensino e o acesso à educação continuada, presencial ou à distância. (CURY, 2012, p.9)

As normas de funcionamento que regem a atuação de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem são determinantes na qualidade do ensino, interferindo de forma proativa na formação dos alunos.

Atribuir sentidos aos conteúdos curriculares é respeitar os saberes

individuais atribuindo-lhes significados remetendo a forma e saberes socialmente estruturado.

A abordagem interdisciplinar contribui para dar significados aos vários contextos sociais. As intervenções pedagógicas são pontuais e promove a realização de aprendizagem e estabelece uma relação entre o que se pretende conhecer e as possibilidades de observação, reflexão e informação que o aluno é detentor.

Os conteúdos são estruturados em três dimensões: Conteúdos conceituais, que envolvem fatos e princípios; conteúdos procedimentais e conteúdos atitudinais que envolvem as normas, os valores e atitudes.

A concepção de avaliação segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais vai além do uso da avaliação como mecanismo de coação e controle, prevalecendo a concepção de avaliação como parte integrante do processo educacional.

O Conselho Nacional de Educação recomenda que as formas mais contínuas de avaliação (como a observação do comportamento do aluno e exercícios em classe) tenham peso maior do que resultados mais específicos, como os de provas finais. Dessa forma, mais do que promover o aluno para o próximo ano, a avaliação pode ajudar a identificar as maiores dificuldades de aprendizagem. É importante notar que a avaliação serve, também, para detectar problemas no próprio ensino: por isso, o Conselho recomenda que a família e o aluno tenham direito de discutir os resultados com os professores e gestores escolares. Assim, os próprios procedimentos de ensino e avaliação podem ser revistos de acordo com as necessidades dos alunos.

O planejamento além de ser uma ferramenta pedagógica imprescindível, o planejamento também promove a utilização eficiente dos recursos e do tempo na escola. Ele tem que ser algo inerente ao ser humano. No processo de ensino e aprendizagem o planejamento requer qualidade e intencionalidade.

Existem três dimensões básicas que precisam ser consideradas no planejamento: A realidade, a finalidade e o plano de ação.

Os planejamentos seguem a uma sistemática predeterminada. Acontecem periodicamente.

CRONOGRAMA DE PLANEJAMENTOS	
1º AO 5º ANOS	Utilizar o horário de Educação Física
6º AO 9º ANOS	Módulo 02

O planejamento também será destacado nas formações continuada e nas reuniões pedagógica.

O planejamento anual é uma estratégia que consolida as ações da escola, pois envolvem todos os segmentos da escola que definem conteúdos, objetivos, atividades, procedimentos e o tempo previsto para o desenvolvimento do trabalho.

O planejamento prevê um trabalho voltado para o educando com assistência individual aos alunos com dificuldades de aprendizagem, orientação ao cumprimento das normas e regras da escola.

Os projetos pedagógicos emergentes da realidade dos alunos têm como eixos integradores os conteúdos curriculares. Estes não se restringem apenas às salas de aula, mas envolvem comunidade e parceiros externos.

O conselho de classe é uma das poucas oportunidades em que é possível reunir os docentes das diversas disciplinas de um mesmo ano com o objetivo de analisar os processos de ensino e de aprendizagem sob múltiplas perspectivas. Quando as discussões são bem conduzidas, elas favorecem aspectos como a análise do currículo, da metodologia adotada e do sistema de avaliação da instituição. Dessa forma, possibilitam aos professores uma interessante experiência formativa, permitindo a reavaliação da prática didática.

O conselho é coordenado pelo supervisor escolar em três reuniões anuais onde são pontuadas questões de aprendizagem, indisciplina e frequência. As questões são registradas em fichas específicas. As intervenções acontecem no decorrer da etapa.

3. CURRÍCULO

A LDB estabeleceu para o território nacional em seu artigo 26:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

O Plano Curricular do Ensino Fundamental é expressão formal da concepção do currículo da escola, decorrente de sua proposta pedagógica e conterá uma base nacional comum e uma parte complementar, diversificada.

A escola é um espaço social, emancipador e libertador, cenário de socialização da mudança. Sendo ambiente social tem um duplo currículo, o explícito e o formal, o oculto e o informal. O currículo educativo representa a composição do conhecimento e valores que caracterizam um processo social. Ele é proposto pelo trabalho pedagógico na escola. Atualmente o currículo é uma construção social, na acepção de estar inteiramente vinculado a um momento histórico, á determinada sociedade e as relações como conhecimento

O currículo ideal é aquele que acrescenta saberes aos saberes adquiridos pelo aluno no seu grupo de convívio, agrega valores e insere contextos evitando o clássico conceito de programa ou grade curricular. O currículo deve abranger tudo que acontece no espaço escolar, os conflitos, as atividades programadas e desenvolvidas sob sua responsabilidade e que envolvem a aprendizagem dos alunos na escola e fora dela.

A concretização do currículo no espaço dinâmico que é a escola vai produzir simultaneamente diferentes tipos de currículos.

O Currículo Formal é entendido como o conjunto de prescrições oriundas das diretrizes curriculares produzidas nacionalmente no sistema público e/ou ainda na escola indicados nos documentos oficiais, nas oficiais, nas propostas pedagógicas e nos regimentos escolares.

O Currículo Real é a transposição pragmática do currículo formal, é a interpretação que os professores e alunos constroem conjuntamente no cotidiano do enfrentamento das dificuldades, sejam conceituais, materiais, de relação professor/aluno e aluno/aluno; são as sínteses construídas por eles a partir dos elementos do currículo formal e das experiências pessoais de cada um.

Já o Currículo Oculto é aquele que escapa das prescrições, sejam elas originárias do currículo formal ou do real. Ele serve para reforçar as regras que cercam o uso dos conflitos. E estabelece uma rede de suposição que visa determinar regras sobre conduta dos estudantes.

Esse processo é uma maneira bastante tímida de trabalhar conceitos transversais para a formação global do aluno, uma vez que tais intervenções acontecem, geralmente sem que estejam deliberadamente sistematizadas ou incluídas nas disciplinas.

Em um currículo oculto, as suposições em sala não podem ser planejadas, pelo próprio fato de serem tácitas e incidentais.

A Escola dispõe de uma Matriz de Referência, definindo propostas para as séries iniciais e finais do Ensino Fundamental, e proposta específica da Educação de Jovens e Adultos que visa nortear a produção coletiva do plano de trabalho da escola, propondo capacidades e descritores que de forma holística fomentarão as discussões das equipes pedagógicas na elaboração dos planejamentos diários, como os planos de ensino, definição de metodologias e avaliação.

Os Programas de Ensino serão elaborados tomando como referência os conteúdos propostos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e municipais, bem como os indicadores propostos pelo Projeto Pedagógico da Escola.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

A Escola Municipal Dominginhos Pereira conta com uma rede física de 19 salas de aulas, banheiros, refeitório, cantina, biblioteca, sala de multimídias, 02 laboratórios de informática, quadra coberta, campo de futebol, cantina, sala de música, 02 salas de professores, sala de recursos humano, sala de recursos para atendimento as crianças portadoras de necessidades, estacionamento, secretária, 02 salas de supervisores.

A escola se organiza em anos escolares:

No turno vespertino atende 1º ao 5º ano de escolaridade com faixa etária de 06 a 10 anos;

No turno matutino atende 6º ao 9º ano de escolaridade com faixa etária de 11 a 14 anos.

A Educação de jovens e Adultos atende alunos acima de 15 anos.

O Ensino Fundamental terá duração mínima, de nove anos, obrigatório, tendo por objetivo a formação básica do cidadão, mediante incisos I, II, III, e Parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º do inciso IV da LDB 9.394/96

Segundo a LDB 9.94/96, se faz necessário ao professor fazer a avaliação dentro da filosofia: ação-reflexão-ação, como prática de se auto-avaliar e avaliar todo o processo educativo que comungou o ideal: a qualidade do ensino-aprendizagem.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

A Escola Municipal Dominginhos Pereira atua em conjunto com o conselho escolar (Colegiado) nas tomadas de decisões, buscando apontar soluções para os mesmos. Todas as decisões tomadas pelo conselho estão de acordo com o regimento escolar.

O grêmio estudantil tem um estatuto organizado e uma formação que atuou em 2007, sendo desativado em 2008.

O colegiado é formado pelos segmentos da comunidade escolar incluindo a representação de alunos maiores de 14 anos.

A escolha do gestor no sistema Municipal na qual a escola está inserida é por indicação política.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

O clima organizacional da escola reflete uma relação democrática com tomadas de decisões coletivas em prol de uma aprendizagem que tenha significado para o aluno. Para Japenga (2010, p.46)

Compreender as relações de poder na escola é necessário para apontar propostas que enfatizem relações que possibilitam a participação de todos os atores (alunos, pais, sindicato, professores, diretores, coordenadores etc.). A participação é requisito essencial para a democratização das relações no interior das escolas públicas. É importante assinalar, nesse sentido, a necessidade da partilha do poder, o que envolve a participação na tomada de decisões.

Os conflitos existem e são administrados visando o bem comum. Pode-se dizer, de certo modo, que o ambiente escolar é constituído de múltiplas

educações. Na comunidade que se forma no interior da escola e nas relações entre os sujeitos que dela participam se cruzam e se influenciam diferentes saberes e vivências. Por isso a ética precisa está presente nesta complexa rede de relacionamentos.

O grupo de trabalho da escola é atuante e comprometido com uma educação de qualidade. Busca o conhecimento e a informação, pois reconhece a importância do papel de cada um como agente transformador da realidade.

7. AVALIAÇÃO

Cipriano Carlos Luckesi, professor de pós-graduação em Educação na Universidade Federal da Bahia, diz que o processo de avaliar tem, basicamente, três passos:

- conhecer o nível de desempenho do aluno (constatação da realidade);
- comparar essa informação com aquilo que é considerado importante no processo educativo (qualificação);
- tomar as decisões que possibilitem atingir os resultados esperados.

Segundo Luckesi, a avaliação só vai provocar o desenvolvimento do discente se fizer sentido para ele.

A Escola Municipal Dominginhos Pereira tem procurado tratar o processo de avaliação como um processo dinâmico e sistemático, onde os aspectos qualitativos da aprendizagem prevalecem sobre o quantitativo.

Avaliar consiste em diagnosticar a situação real de aprendizagem do aluno em relação aos indicadores de desempenho, definidos pela escola em sua proposta pedagógica.

A avaliação é entendida como fonte principal de informação e referência para a formulação de práticas educativas que possibilitem a formação global dos alunos, como parte do processo de aprendizagem, tem uma função diagnóstica que busca investigar os conhecimentos que o aluno traz para a sala de aula; é formadora, no sentido de acompanhar as etapas de aprendizagem e da totalidade de percurso pessoal, inclusive para reorientá-lo e tem um caráter de continuidade, visando organizar as ações educativas subsequentes.

A escola em conjunto com supervisores e professores define

estratégias de avaliação no decorrer do trimestre lançando mão de todos os recursos possíveis para que esta seja um processo não um meio em si.

O resultado deste processo é analisado em conselhos de classes que acontecem em três reuniões anuais uma no final de cada trimestre.

A divulgação dos resultados dos alunos é via boletins trimestrais.

Segundo a LDB, artigo 12, inciso V, a escola deverá prover meios para que a recuperação dos alunos que não atingiu os objetivos propostos, no artigo 13, inciso IV, docente deverá estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento.

A recuperação é uma estratégia de intervenção deliberada no processo educativo, quando as dificuldades são diagnosticadas, constituindo uma oportunidade de levar o aluno ao desenvolvimento esperado.

Os alunos de recuperação visam proporcionar ao aluno oportunidades de aprendizagem para recuperar dificuldades verificadas no seu desempenho escolar.

Os estudos de recuperação, de caráter obrigatório, constituem oportunidades diversificadas e diferenciadas no processo de aprendizagem do aluno, tendo em vista a melhoria de seu aproveitamento.

Cabe à escola ministrar atividades planejadas, para cada conteúdo a ser recuperado, no momento em que se verificarem as falhas, provendo todo o meio possível para a recuperação do aluno.

Ao final do ano ou período letivo, ocorrida a recuperação contínua e diagnóstica, o aluno que ainda não atingiu o nível de aproveitamento desejável nos conteúdo (s), conforme a avaliação do Conselho de Classe, terá outra oportunidade, através dos Estudos Orientados e os Estudos Independentes a ser realizados no período de férias escolares.

O aproveitamento de estudos é a faculdade legal concedida à escola para que aproveitem, em seus cursos e atividades, estudos realizados com êxito na própria escola ou em outras instituições.

Pode ser feito mediante apresentação de documento escolar referente às séries, etapas, aos períodos, ciclos ou componentes curriculares nos quais o aluno obteve aprovação; ou por deliberação de uma comissão da própria escola, que classifique o candidato no nível correspondente ao seu desempenho, no caso de estudos não formais e no caso de reprovação.

Esse recurso se aplicará ao aluno da EJA, quando necessário.

A progressão parcial será adotada nos quatro anos finais do Ensino Fundamental, na EJA e no Ensino Médio.

Poderá beneficiar-se da progressão parcial o aluno que não apresentar o desempenho mínimo em até duas disciplinas.

Ficará retido na série/período em curso o aluno que não apresentar o desempenho mínimo em até duas disciplinas, incluindo-se nesse cômputo as disciplinas da série/período em que se encontra e aquelas em regime de progressão parcial.

Para definição da retenção do aluno, cada disciplina deve ser computada apenas uma vez, independentemente das séries em que incidir, tendo em vista que a recuperação deve ser planejada considerando as aprendizagens fundamentais de cada área e as necessidades básicas de desenvolvimento do aluno.

O aluno concluirá o nível de ensino somente quando obtiver a aprovação nas disciplinas em que encontrar em regime de progressão parcial.

Será adotada a progressão continuada no 1º, 2º e 4º anos e nos anos finais 6º ao 9º anos e na Educação de Jovens e Adultos.

Classificar significa posicionar o aluno em séries anuais, períodos semestrais, ciclos ou outras formas de organização, compatíveis à sua idade, experiência, nível de desempenho ou de conhecimento, segundo processo de avaliação definido pela escola.

A classificação do aluno em qualquer período semestral, em série ou ciclo, exceto o 1º ano do ciclo inicial do Ensino Fundamental.

A decisão de reclassificação será decorrente de manifestação de uma comissão, presidida pela Direção da Escola, que tenha representantes docentes do curso no qual o aluno deverá ser reclassificado, bem como dos profissionais responsáveis pela Coordenação/ Supervisão das atividades pedagógicas.

Os documentos que fundamentam a classificação ou reclassificação serão arquivados na pasta de cada aluno, e seu resultado será registrado no livro de atas de resultados especiais e nos documentos individuais do aluno.

ASPECTOS PEDAGÓGICOS

Metas	Objetivos	Ação	Pessoal envolvido	Período de realização
Encontro de formação de professores.	Participar de capacitações mensais.	<ul style="list-style-type: none"> - Organização dos encontros pedagógicos com temas de necessidade e interesse. - Grupo de estudo para troca de experiências, reflexões e debates. 	Diretor, supervisor, professores.	Decorrer do ano letivo.
Garantir a alfabetização dos alunos na idade certa.	Alfabetizar os alunos das turmas do 1º, 2º, 3º anos.	Prover intervenções pontuais.	Supervisores, professores, parceiros externam.	Decorrer do ano letivo.
Integração família escola.	Promover ações que envolvam toda a comunidade escolar.	Semana de Integração família e escola. Palestras Encontro pais Eventos Sociais (festa das mães, juninas,	Diretor, supervisor, professores, supervisores da S.M.E	Decorrer do ano letivo (pelo menos duas vezes ao ano, além das reuniões trimestrais).

			folclore, auto de natal).			
Garantia de frequência diária dos alunos.	de Assegurar frequência diária dos alunos.	a Conscientização dos pais e dos alunos.	Comunidade escolar. Programa de combate a evasão. Policia militar. Conselho tutelar.	Decorrer do ano letivo.		
Monitoramento da aprendizagem.	Adotar sistema avaliação formativa.	Instrumentaliza um r os de professores, quanto à concepção de avaliação.	Supervisor, professores, alunos e toda a comunidade escolar.	Decorrer do ano letivo.		
Redução taxa reprovação.	da Elevar o índice de aprovação.	Estabelecer o monitoramento e intervir nas dificuldades dos alunos.	Diretor, supervisor, professores alunos.	Decorrer do ano letivo.		
Parcerias.	Viabilizar parcerias entre a escola, instituições de ensino superior, empresa, entidades beneficentes, comunidade.	Projetos de esporte e lazer. Atendimento diverso a comunidade (social). Organização, construção e doação de materiais didáticos.	Estratégias das universidades da cidade. Comunidade escolar.	Decorrer do ano letivo.		

A educação não pode ser uma tarefa isolada entre os diferentes funcionários. É preciso que todos que trabalham na escola atuam de maneira coerente, coordenada e organizada para a busca da melhoria da qualidade.

De acordo com Navarro (2004, p.1)

(...) todo o processo educativo passa a ter a maior relevância, como meio para a efetivação da aprendizagem, e o produto desse processo – a aprendizagem efetivamente alcançada – é o resultado de todo o esforço realizado pelos estudantes, docentes, gestores e todos os demais segmentos escolares. Nessa ótica, torna-se importante destacar que o sucesso ou fracasso na aprendizagem é coletivo, ou seja, da escola como um todo.

O momento de avaliar deverá ser aquele capaz de trazer importantes reflexões que façam emergir práticas cada vez mais consistentes e adequadas ao projeto educativo.

Portanto, a avaliação não poderá ter caráter punitivo ou classificatório, mas de estar promovendo alterações, mudanças – qualitativas, oportunizando às instituições escolares, aos momentos em que todos os seus profissionais envolvidos possam avaliar e serem avaliados, cada qual ao nível das competências e da função desempenhada e no papel desenvolvido por cada escola

A avaliação dos funcionários acontece somente no período probatório e no final do período aquisitivo para fins de progressão salarial. Não existe um sistema de avaliação democrático onde todos se avaliam e são avaliados.

A finalidade da avaliação institucional é obter um ensino que cada vez mais traduza, com clareza, seus compromissos com a sociedade e que além dos professores toda comunidade escolar seja avaliada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político Pedagógico se torna um instrumento vivo e eficaz servindo de parâmetro para discutir referências, experiências e ações de acordo com os prazos definidos, diz Paulo Roberto Padilha, diretor do Instituto Paulo Freire, em São Paulo.

A construção de uma gestão democrática verifica-se na construção coletiva do documento que determina os rumos da escola e reflete uma proposta maior a do município, e essa se informa e se reestrutura a partir do desenvolvimento das propostas das escolas públicas.

Espera-se que a construção desse documento possa gerar mudanças no modo de agir. Que todos percebam de forma clara qual é o foco de trabalho

na escola e participam de seu processo de determinação, sendo verdadeiros parceiros da gestão.

Que o PPP possa ajudar a equipe escolar e a comunidade a enxergar como transformar sua realidade cotidiana em algo melhor. E que a elaboração não signifique nada além de um papel guardado na gaveta.

Este documento se baseia na Lei federal nº 9.394, de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nos CBCs -Conteúdos Básicos Curriculares do Estado de Minas Gerais e nos PCNs- Parâmetros Curriculares Nacionais , tendo como finalidade “desenvolver o educando,assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e nos estudos posteriores”.

REFERÊNCIAS

BRASÍLIA- **Lei nº 9394/96- Diretriz e Bases da Educação Nacional** - 20 de dezembro de 1996.

BRASILIA – **MEC – Secretaria de Educação Fundamental- Parâmetros Curriculares Nacionais** - 1997.

CIPRIANO, Carlos Luckesi. **Avaliação nota 10**. Disponível em <<http://revistaescola.abril.com.br/planejamento-e-avaliacao/avaliacao/avaliacao-nota-10-424569.shtml>> . Acesso em 07/05/13.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação : Um campo de atuação do gestor educacional na escola**. Disponível em <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?d=4224&advanced=1&paging=1&page=2>> . Acesso em 10/04/13

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. **Brasil: MEC/LNEP. A qualidade da educação: conceitos e definições**. Disponível em <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?d=4224&advanced=1&paging=1&page=2>>. Acesso em 05/04/13

JAPENGA, Alaíde Pereira. **A Democratização das Relações de trabalho na Escola Pública Básica**. Disponível em <<http://www2.marília.unesco.br/revistas/Index.php/orgdemo/article/viewfile/458/357>>. Acesso em 20/04/13.

LIBÂNIO, José Carlos. **A política educacional e o funcionamento interno das escolas**. *Presença Pedagógica*, Belo Horizonte, v. 14, n.80, p. 76-78, mar./ abr.2008.

MONTES CLAROS- **Secretaria Municipal de Educação-Proposta Politico-Pedagógica- Conteúdos Básicos do Ensino Fundamental**. 2002.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico - do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2009.